

**A. I. N°** - 017241.0013/14-9  
**AUTUADO** - JOÃO COSTA SOARES  
**AUTUANTE** - JACKSON DAVI SILVA  
**ORIGEM** - DAT/NORTE INFAZ/SERRINHA  
**INTERNET** - 29.06.2015

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO JJF N°. 0110-04/15

**EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CONDIÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE. a) FALTA DE RECOLHIMENTO.** De acordo com o artigo 12-A, da Lei nº 7.014/96, independente do regime de apuração, o contribuinte tem o dever jurídico de efetuar a antecipação parcial nas aquisições interestaduais de mercadorias para comercialização, no valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Revisão fiscal realizada pelo autuante, reduz valor lançado, à vista de documentos trazidos pelo contribuinte. **b) PAGAMENTO A MENOR. Infração não contestada. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração ora apreciado foi lavrado em 29 de dezembro de 2014 e refere-se à cobrança de crédito tributário no valor de R\$10.927,67, pela constatação das seguintes infrações:

Infração 01. 07.15.01. Deixou de recolher o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para fins de comercialização, nos meses de março e abril de 2013, totalizando R\$10.733,62, além da multa de 60%.

Infração 02. 07.15.02. Recolheu a menor o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para fins de comercialização, no total de R\$1494,05, ocorrência constatada no mês de dezembro de 2013.

Tempestivamente, a autuada apresentou impugnação ao lançamento constante à fl. 29, onde argüi, em relação à infração 01, que não procede o valor reclamado de R\$10.733,62, pelo fato do valor de R\$ 284,76 referente a nota fiscal 90.956, foi pago em 25 de junho de 2013, conforme listagem de Antecipação Parcial do ICMS do mês 05/2013 e no Documento de arrecadação do referido mês.

Menciona, ainda, "*Quanto às notas fiscais 65380, 133.800, 34.330, 31.889, 22.297, 8.544, 71.624, 60.480, 202.521, 1.681, 000.733, 21.831, 50.630, 117.294, 10.794, 31.266, 680.301, 82.068, 191.650, 346.127, 346.128, 346.129 e 263.638*", contudo, não faz qualquer comentário a respeito das mesmas.

Quanto às notas fiscais 3.413.358 e 3.415.499, referem-se a compra de equipamentos de informática para o ativo imobilizado da empresa, conforme lançamentos efetuados no Livro de Registro de Saídas, página 08 que anexa, bem como notas e os DAES de antecipação parcial pagos referente ao mês de maio de 2013, indicando o que entende ser o valor correto do débito:

NF – 008.545 – R\$	23,24
NF - 001.682 R\$	7,69
NF – 050.682 R\$	5,57

NF - 001.314 R\$ 322,64  
NF - 082.069 R\$ 15,84  
NF - 082.070 R\$ 7,23  
NF - 191,545 R\$ 26,85  
NF - 263,368 R\$ 449,11

Na infração 02, aponta como correto o valor de R\$ 194,05.

Diante do exposto e das provas apresentadas, solicita a redução do Auto de Infração para R\$ 1.052,19.

Informação fiscal prestada à fl. 42, pelo autuante afirma concordar em parte com a argumentação da defesa, reconhecendo que grande parte das notas fiscais relativas à antecipação parcial, constantes da infração 01, foram recolhidas pela matriz da empresa, bem como que as notas fiscais 3.413.358 e 3.415.499, referem-se, efetivamente, a compra de equipamentos de informática para o ativo imobilizado da empresa, inexistindo, pois, exigência de recolhimento da antecipação parcial, o que o levou a elaborar novo demonstrativo, no qual remanesce débito de R\$ 1.179,96.

Devidamente cientificado do teor da informação fiscal (fls. 44 e 45), o contribuinte não se manifestou.

#### VOTO

O lançamento constitui-se em duas infrações arroladas pela fiscalização: Falta de recolhimento (infração 01) e recolhimento a menor (infração 02) do ICMS devido por antecipação parcial por empresa optante do regime de apuração do denominado Simples Nacional.

A infração 02 não foi contestada pela empresa autuada, de forma que encontra-se fora da lide, sendo, por tal razão, mantida.

A respeito da infração 01, pertinente esclarecer-se que a legislação tributária do Estado, estabelece como regra geral, que nas entradas de mercadorias no território da Bahia, os contribuintes possuem a obrigação de recolher a título de antecipação tributária parcial, o ICMS. Esta regra está insculpada no artigo 12-A da Lei n.º 7.014/96:

*“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição”.*

Por outro lado, o artigo 17 da mesma Lei, determina que a base de cálculo para o recolhimento do imposto é o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle, bem como o valor correspondente a seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição; frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado, e em relação ao IPI, o parágrafo 2º do mencionado artigo 17, estipula que não integra a base de cálculo do ICMS o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes é relativa a produto destinado a comercialização, industrialização, produção, geração ou extração, configurar fato gerador de ambos os impostos.

Esta é a base legal para que o Estado da Bahia possa, através de sua fiscalização tributária, realizar a cobrança de antecipação parcial.

Resta apenas a ser apreciada na infração 01, o fato do contribuinte ter apresentado Documentos de Arrecadação constantes às fls. 33, 35 a 37, referentes a diversas notas fiscais arroladas na autuação, devidamente acatadas pelo autuante, em sede de informação fiscal, efetivamente,

comprovam que o Auto de Infração necessita ser retificado, com redução do montante a ser lançado, via acolhimento de tais documentos.

Quanto às notas fiscais 3.413.358 e 3.415.499, embora não constem cópias nos autos, o demonstrativo de fl. 14 indica as mercadorias por ela acobertadas, sendo ao produtos ali contidos, equipamentos de informática (servidor, microcomputador, mouse, teclado e informativo em CD). Considerando que as demais mercadorias indicadas em tal demonstrativo, demonstram que a atividade comercial do autuado é comércio de gêneros alimentícios, e, diante da anuência do autuante, acato a tese defensiva, e o posicionamento do autuante na informação fiscal, excluindo tais documentos do lançamento.

Desta forma, acolho o demonstrativo relativo à infração 01, constante à fl. 43, e julgo a infração parcialmente procedente, no valor de R\$1.179,96, mesma situação do Auto de Infração, o qual fica reduzido para R\$1.374,01, na forma do demonstrativo abaixo:

Infração 01 R\$1.179,96

Infração 02 R\$ 194,05

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº.017241.0013/14-9, lavrado contra **JOÃO COSTA SOARES**, devendo a autuada ser intimada para recolher o imposto no valor de **R\$1.374,01**, acrescido da multa de 60% prevista na Lei 7.014/96, artigo 42, inciso II, alínea "d", e dos acréscimos legais.

Sala de Sessões do CONSEF, 16 de junho de 2015

CARLOS FÁBO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA